

Vol XVI, Núm 1, jan-jun, 2023, pág.287-302.

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DO CAMPO: APONTAMENTOS INICIAIS

Elexandra Vinhork Nogueira
Eliane Regina Batista Martins
Suely Mascarenhas

RESUMO: Este artigo tem como objetivo discutir questões referentes à educação do/no campo, destacando a formação continuada dos professores, a partir das produções científicas publicadas no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior (CAPES). A metodologia utilizada é definida como um simples processo de levantamento que envolveu a seleção e análise dos artigos com foco na Educação do Campo e Formação Continuada de Professores publicados no período de 2015-2021. Constatamos que houve e há um processo de lutas e resistências para que a Educação do Campo fosse legitimadas nas políticas educacionais, assegurando os direitos dos sujeitos deste contexto, como é o caso da necessidade da formação continuada dos professores, porém ainda há muito a se fazer e concretizar, principalmente em relação ao professor, que muitas vezes é desprovido de recursos materiais e estrutura para realizar o processo educativo comprometido com a formação para a cidadania, por isso, é pertinente continuar resistindo para que a formação continuada seja direito de todos os professores do campo, elemento vital na e para a vida educacional campesina.

Palavras-chave: Educação do campo. Formação continuada. Professor.

FORMACIÓN CONTINUA DE LOS PROFESORES DEL CAMPO: NOTAS INICIALES

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo discutir temas relacionados con la educación en del campo, destacando la formación continua de los docentes, a partir de las producciones científicas publicadas en la base de datos de la Coordinación para el Perfeccionamiento del Personal de Educación Superior (CAPES). La metodología utilizada se define como un proceso de encuesta simple que involucró la selección y análisis de artículos enfocados en Educación de Campo y Formación Continua del Profesorado publicados en el período 2015-2021. Constatamos que hubo y hay un proceso de luchas y resistencias para que la educación del campo se legitime en la políticas educativas, garantizando los derechos de los sujetos de este contexto, como es el caso de la necesidad de formación continua de los maestros, pero aún que mucho por hacer y lograr, especialmente en relación con el maestro, que a menudo carece de recursos materiales y estructura para llevar a cabo el proceso educativo comprometido con la formación para la ciudadanía, por lo tanto, es pertinente seguir resistiendo para que la educación continua sea un derecho de todos los maestros en el campo, un elemento vital en y para la vida educativa campesina.

Palabras clave: Educación del campo. Formación continua. Maestro.

A Educação do Campo no nosso país tem passado por mudanças significativas, principalmente, ao que concerne ao acesso e permanência a educação em contextos diferenciados do campo, a manutenção e financiamento da escola e a formação docente.

É importante destacar que o termo educação do campo é diferente da educação rural, estamos falando da educação dos povos camponeses, agricultores, ribeirinhos, caiçara, entre outras, isto é, há uma concepção de um determinado grupo, não somente de um “espaço físico”, mas de uma concepção política e pedagógica, na qual possa ter maior compreensão de mundo ou de uma opção de classe social diferenciada. Conforme Vasconcelos no “início do século XXI, movimentos sociais do campo, organizações populares e pesquisadores evidenciaram o surgimento de uma nova categoria - Educação do Campo -, com significado mais complexo e dinâmico, cuja raiz histórica nasce do chão fértil dos Movimentos Sociais do Campo e dos processos de experiências de sujeitos coletivos com a Educação Popular, com a Pedagogia do Oprimido e com os ideais da Pedagogia Socialista (2017, p. 82).

Para que houvesse uma educação de qualidade para esses povos, as escolas também deveriam estar de acordo com as necessidades dos camponeses, ou seja, tratava-se de construir escolas que atendessem a realidade e suas necessidades. Após muitas lutas e conquistas dos movimentos que vinham ocorrendo, conforme explica Vasconcelos:

Souza (2015, p. 758) situa o início da “produção acadêmico-científica de natureza coletiva” sobre a Educação do Campo a partir de 1990, com as produções do MST. É a partir desse momento que se constitui a Educação do Campo. Sem negar a importância desse fato, que é histórico no contexto educacional brasileiro, gostaríamos de percorrer este caminho (produção acadêmico-científica) uma década antes, com pesquisadores da década de 1980 que problematizaram a realidade das escolas do campo brasileiro, demonstrando a precarização das escolas, a implantação de programas que não consideravam as especificidades dos sujeitos do campo e o discurso ideológico de base assistencialista. (2017, p. 82).

Apesar do reconhecimento na legislação educacional dos direitos dos povos camponeses é preciso continuar envidando esforços que seja realmente assegurada, considerando que ainda há escolas sem estrutura adequada, professores sem licenciatura e estudantes sem condições de acesso. A luta é constante para que estes direitos sejam efetivados.

Considerando a amplitude desta temática, neste trabalho focalizamos a formação continuada de professores do campo, evidentemente que a formação inicial é urgente e necessária, para os profissionais da educação que ainda não possuem licenciatura. Além disso, reforçamos a pertinência da formação continuada a partir de suas vivências, desafios e necessidades que surgem no processo de ensinar e de aprender.

Nesse sentido, este objetivamos analisar questões relativas à formação continuada dos professores do campo a partir das produções científicas. Logo, estruturamos este trabalho da seguinte forma: reflexões sobre o professor do campo; a metodologia utilizada no processo de levantamento dos artigos, análise e discussão com foco na educação do campo e formação continuada de professores.

1. Educação do Campo: apontamentos

Ao longo da trajetória da educação do campo emergiu, também, o conhecimento das necessidades da classe popular em obterem uma educação de qualidade, para que pudesse garantir um futuro melhor e diferente daqueles que eram oferecidos no contexto da educação rural. Como afirma Leite (1999, p. 14):

A educação rural no Brasil, por motivos sócio-culturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: “gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade”. (aspas da autora).

De acordo com o exposto por Leite (1999), para o governo os indivíduos que residiam no campo, não necessariamente precisavam obter conhecimentos científicos, era imprescindível que a classe popular obtivesse a mesma educação das elites brasileiras.

Desta forma, todos esses processos de mudanças que vinha ocorrendo desde 1980, a educação rural começa a ser alvo de preocupação de alguns setores ligados a educação, ou seja, havia iniciativas de melhoria assistencial e outras privadas, lutando em prol de um bem comum, que seria a necessidade de alguma formação para o trabalho agrícola. Também no âmbito público, algumas manifestações se dirigiam a “clamar por uma educação de sentido prático e utilitário, e insistia-se na necessidade de escolas adaptadas à vida rural” (CALAZANS, 1993, p. 17). É possível ressaltar que os grupos sociais e movimentos vinham lutando por melhoria, qualidade e acesso a uma boa educação. Pois,

as escolas rurais de fato possuíam estrutura física pequena, com espaço reduzido para as salas de aula, geralmente atendiam mais de duas ou três turmas, chamada de multisseriadas.

A partir de reivindicações por melhorias e direito a novas práticas pedagógicas dos movimentos em prol da educação do campo, que foram de grande importância para a classe popular, ocorreu a obrigatoriedade de educação de base em termos legais para o camponês, fazendo com houvesse uma educação comprometida com a formação de cidadãos críticos para atuarem perante a sociedade na qual estavam inseridos.

Embora alguns desafios fossem vencidos, percebe-se que ainda há muito para se alcançar. A educação do campo não pode ficar fora das discussões de melhorias, muito menos à margem da sociedade. Corroboram Rodrigues e Bonfim (2017, p. 1374) com esta questão:

A educação do campo deve ser vista não apenas como modalidade de ensino, mas também como uma política pública que garanta a população camponesa os mesmos direitos educacionais garantidos à população urbana, pois se percebe que no decorrer da história essa modalidade educacional sempre foi deixada em segundo plano, não houve um investimento significativo pelos representantes governamentais para que tivesse uma educação do campo condizente com a cultura e identidade do povo camponês.

Nos dias atuais, alguns dos direitos conquistados pelos movimentos não são efetivados, as escolas do campo ainda necessitam de políticas públicas voltadas para melhores condições de ensino e aprendizagem.

Para conquistarmos uma educação de qualidade para esta população, é necessário que haja mais organizações em relação aos modelos educacionais, valorizando e respeitando as especificidades do campo, para que eles possam ter uma aprendizagem mais significativa, serem mais valorizados e reconhecidos perante a sociedade. Para Demartini (2011, p. 187), “a questão que permanece, depois de mais um século, é: por que a educação da população rural continua não só em segundo plano, mas com tantos problemas?”

Como foi citado, é necessário que haja mais desempenho, pois, essas escolas não podem ficar paradas, é preciso que sejam valorizadas, é preciso que haja formação de professores para que possam dar suporte necessário a esse público-alvo e que possam atender de fato as suas necessidades, com ajuda de transportes escolares e, conseqüentemente, uma boa estrutura física e materiais didáticos apropriados, além da

valorização e da formação de seus professores. Rodrigues e Bonfim (2017, p. 1380) destacam que:

No parágrafo 4º do Art. 1º do Decreto determina a oferta de formação inicial e continuada de profissionais da educação, bem como estabelece a garantia de dar condições de infraestrutura e transporte escolar para a população camponesa. Até porque se sabe que muitos dos que estudam no meio rural, são impedidos de estudar pela falta de transporte que leve os alunos até a escola. E, não raras vezes, os veículos utilizados para o transporte não possuem o mínimo de segurança aos alunos.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), com o intuito de fazer presente os direitos e deveres dos povos do campo como um todo, respectivamente, demandam do Estado iniciativas de ofertas de educação pública e formação de professores adequados para trabalharem na área rural, respeitando as riquezas culturais que esses povos dispõem e o quão importante é respeitá-los como cidadãos. Esses Movimentos sociais contribuíram bastante e ainda contribuem diretamente com a história educacional em nosso país.

Considerando a situação atual de “melhorias no ensino”, o povo camponês após vários processos de inquietações e desafios, viveram momentos de angústias e aflições, mas também houve seus pontos positivos, e uma das principais foi a formação de professores, porém, acredita-se que este quadro de extrema importância merece destaque, por oferecer curso de formações que fossem capaz de formar profissionais qualificados da área e ensino de qualidade conforme a realidade de cada educando, pois não existe uma boa aprendizagem, uma educação transformadora se não houver professores especializados, professores qualificados.

Com isso, cabe aos cursos de licenciatura também oferecer aos educadores a formação adequada para intervenção durante o processo de ensino, respeitando seus estudantes, seus valores reais e seus tempos de aprendizagens. Dessa forma, Freire (2002, p. 18) alerta que “[...] uma das tarefas mais importantes das práticas educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora [...] assumam-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos”.

Para se construir um ensino de qualidade para escolarização do campo, seria necessário que houvesse políticas públicas e profissionais qualificados da área e formação, tanto inicial quanto continuada, para assim se ter um ensino que garanta formar

cidadãos críticos e pensantes, sendo capazes de transformar o meio no qual estão inseridos. Dessa forma, as Diretrizes Operacionais (2002), em seu artigo nº 13, destaca quanto à formação de educadores para atuar na escola do campo:

Os sistemas de ensino além dos princípios e diretrizes que orientam a Educação Básica no país observarão, no processo de normatização complementar da formação de professores para o exercício da docência nas escolas do campo, os seguintes componentes:

I – estudo a respeito da diversidade e o afetivo protagonismo das crianças, dos jovens e dos adultos do campo na construção da qualidade social da vida individual e coletiva, da região, do País e do mundo;

II – propostas pedagógicas que valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso ao avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas. (BRASIL, 2002, p. 41).

As práticas de estudos da população do campo estão sendo sempre colocados em pauta com mais frequência e espera-se que essa sociedade cresça ainda mais, tenha atitudes, que reconheçam as práticas da agricultura familiar, do extrativismo, da pesca, das crenças e valores, dentre outras, pois é de suma importância que o educador do campo conheça as formas específicas do modo de vida desses sujeitos. Contudo, muitos professores que atuam no campo certamente não têm formação específica, ou são de outra área, com isso acaba afetando a qualidade do ensino.

Atualmente, as Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, são reconhecidas por terem ofertado formação continuada de professores, objetivando a construção de políticas públicas, incluindo a educação do campo. Vale ressaltar também, a importante participação das universidades, governo e movimentos sociais em busca de melhoria de vida, além de uma boa educação. Com áreas que vão da educação até as áreas da saúde, os espaços dos trabalhadores rurais vêm obtendo conquistas em nosso país e se destacando cada vez mais, apesar dos inúmeros desafios que vem enfrentando, que Segundo Souza (2008, p. 1090):

A educação do campo tem conquistado lugar na agenda política nas instâncias municipal, estadual e federal nos últimos anos. Fruto das demandas dos movimentos e organizações sociais dos trabalhadores rurais, a educação do campo expressa uma nova concepção quanto ao campo, o camponês ou o trabalhador rural, fortalecendo o caráter de classe nas lutas em torno da educação.

As universidades estavam oferecendo cursos para os assentados da reforma agrária, e muito deles estavam em desenvolvimento, como por exemplo, os cursos da

Pedagogia da Terra. Nota-se que essa Pedagogia da Terra era um curso de nível superior e uma das ações dos movimentos veio com o intuito de formar educadores para atuar adequadamente nas Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Atualmente um dos programas que se tornou alvo principal destinado as parcerias na Reforma Agrária foi o Programa de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), criado em abril de 1998 como objetivo geral de promover a educação nos assentamentos, desenvolvendo projetos cabíveis e metodologias específicas para o campo. Então esse principal programa vem agindo de forma peculiar, sobretudo, contribuindo cada vez mais diante dessa massa educacional, como diz Silva (2010, p. 9) que o “PRONERA vem, e não tem como não fazer esse histórico, o PRONERA vem como primeiro projeto de alfabetização e os monitores que não tinham concluído o Ensino Fundamental, esses fizeram a escolarização em sistema de alternância”.

Este programa começou com a alfabetização e formações de professores, logo após, teve avanços e ofertou Ensino Fundamental, Médio e Educação para Jovens e Adultos; também passou a oferecer cursos técnicos profissionalizantes, e ensino superior para os trabalhadores rurais. Apesar disso, é possível perceber que nos dias de hoje, que ainda há índices elevados de analfabetismo e evasão escolar na educação do campo.

Um dos grandes desafios são as condições de trabalho precários, os professores ainda têm que se adaptar com poucas salas de aulas, dando lugar para as salas multisseriadas, tornando-se assim um grande desafio para o educador. Sobre esse contexto comentam Santos e Santos (2017, p. 7):

A existência dessas classes surgiu em decorrência de diversos fatores, entre eles, a baixa densidade populacional na zona rural, a falta de professores qualificados, escolas pequenas, sem espaço para comportar os alunos em salas seriadas. Além disso, a infraestrutura aliada à falta de materiais didáticos para que os professores possam desenvolver um trabalho voltado para o sujeito multisseriado, são fatores determinantes para que o ensino e a aprendizagem não ocorram com qualidade.

Tais escolas multisseriadas têm encontrado bastante dificuldades para manter o funcionamento. Além de correr o risco de ficar sem ensino em algumas áreas do campo por não haver um certo número de alunos, ainda por cima, ela é considerada pela sociedade como escolas com ensino deficiente. No entanto, há de se reconhecer que tonar-se muito árdua a tarefa de ensinar em condições tão desfavoráveis, onde os professores têm poucas condições de trabalho e de perspectiva de carreira.

2. Análise e Discussão das publicações científicas: formação continuada

A pesquisa foi realizada a partir da base de dados de periódicos da coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior – CAPES, com recorte temporal nos últimos cinco anos, período que corresponde de (2015 a 2021). Priorizamos este período pelo fato de a Educação no Campo ter sido bastante discutida em diversos setores, além disso, as pesquisas referentes a essa temática têm crescido consideravelmente, de acordo com Ziech (2017, p. 102), “a Educação do Campo vem nos últimos anos passando por uma reflexão pedagógica quanto a sua função social e de formação dos sujeitos do campo. Esta mudança de pensamento e de relação com os saberes populares vem inquietando os professores e a escola do campo [...]”.

A escolha da base de dados se deu por conta da amplitude de material disponibilizado e por se tratar de uma referência entre as bases de pesquisa científica no Brasil. Foram utilizados como critérios de busca artigos revisados por pares, formato em pdf e em Língua Portuguesa.

Nas primeiras buscas foram utilizadas um único descritor “**Formação Continuada**”, o resultado obtido foi de **12.503 publicações**. Em seguida utilizou-se o descritor “**Educação do Campo**”, obtendo-se **72.176 trabalhos**. Pelo fato de haver muitas publicações nesse campo, resolveu-se organizar a pesquisa por assunto “**formação continuada de professores do campo**”, as buscas indicaram o quantitativo de 1.006 trabalhos no geral, e revisados por pares 630, isso sem determinado recorte temporal. Com o recorte temporal e a busca por associado/assunto “**formação continuada de professores do campo**” dos últimos cinco anos, tais publicações caíram para 468 resultados. Destes, após leitura dos títulos e resumos, selecionamos apenas 16 para leitura integral, contudo escolhemos somente 5 artigos, visto que esses contemplavam de significativamente a formação continuada destes professores do campo.

É relevante destacar que essa análise tem como propósito compreender as diferentes formas de abordagem de uma mesma temática e suas semelhanças. Considerando o que há de proposta inovadora, o que é usado como método e quais são as possíveis assertivas. Pois, tratando-se de formação continuada há uma ampla discussão e

reflexão para ser efetivada. Sendo assim, será discutido nessa análise de qual forma os autores dos artigos abordaram a temática e quais os resultados de suas pesquisas.

Quadro: Trabalhos selecionados no Portal da Capes.

TÍTULO	AUTORES	ANO
Formação continuada de professores da Educação Básica do Campo	Elizeni Belo da Silva Emerson Augusto de Medeiros	2021
Os educadores na educação do campo e as suas condições de trabalho docente	Loriége Pessoa Bitencourt Laudemir Luiz Zart	2017
Casa familiar rural de coronel vivida - PR: o desafio da formação continuada de professores e monitores em pedagogia da alternância	Andreia Aparecida Detogni Yolanda Zancanella	2016
Educação do Campo: uma proposta de formação de professores para classes multisseriadas em formato de roda.	Flaviana Maria de Oliveira Roberto Gimenez	2018
Compreensões sobre gráficos por professores de escolas no campo.	Josilane Maria Gonçalves de Souza Carlos Eduardo Ferreira Monteiro	2020

Fonte: Portal da Capes, 2022.

Passamos a análise das produções selecionadas. O primeiro trabalho dos autores Elizeni Belo da Silva e Emerson Augusto de Medeiros/*Rev. Ed. Popular, Uberlândia*, v. 20, n. 1, p. 56-76, jan.-abr. 2021, faz utilização da metodologia de abordagem qualitativa, na qual apresenta a descrição da atuação de duas professoras que lecionavam em turmas multisseriadas no Ensino Fundamental I no Assentamento Favela, Mossoró-RN. Utilizaram questionários para realizar o levantamento de dados.

É abordado no trabalho a relevância e concepções acerca da formação, consideram que os professores devem estar em constante formação e desenvolvimento, para isso, usam como referência Gatti e Barretto (2009, p. 203), na qual diz:

Nesta concepção de formação como um contínuo ao longo da vida profissional, o conceito subjacente é o de desenvolvimento profissional. O processo de formação é definido como um movimento orientado a responder aos diversos desafios que se sucedem no que se poderia identificar como diferentes fases da vida profissional: o início da carreira, o processo de desenvolvimento e os tempos mais avançados em que o professor consolida sua experiência profissional.

Percebe-se que os autores contextualizam o questionário da sua pesquisa com os referenciais que retratam a temática, solidificando a ideia de formação continuada aos professores do campo, pois, a compreendem enquanto processo que está aliada ao ensino

e aprendizagem, e ainda, dos processos que determinam uma educação com qualidade, equidade e de mudanças sociais e políticas.

Outro fator importante é que as autoras Lóriége Pessoa Bitencourt e Laudemir Luiz Zart (2017) abordam a temática sobre “*Os educadores na educação do campo e as suas condições de trabalho docente*”, na qual também se trata de uma metodologia de cunho qualitativo, tendo como foco o ambiente escolar e as condições, na qual o professor do campo atua e trabalha de modo decente.

As autoras também utilizaram questionários e retrataram a formação continuada dos professores, a fundamentação teórica se ampara nos estudos de Gaia e Pires (2016, p. 4), os quais reforçam a relevância da formação continuada.

A Educação do Campo é uma área de conhecimento que está associada à possibilidade de implementações de proposições instituídas de princípios políticos, pedagógicos e didáticos sobre o saber inerente as áreas de conhecimentos. Prima por uma educação voltada à realidade dos sujeitos do campo e a formação de professores-educadores aptos para atuarem nessas escolas, além da formação docente, que habilite o docente a trabalhar os conteúdos e construir currículos que atendam as demandas pedagógicas do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Neste aspecto, os dois artigos trazem falas e visões diferentes, contudo, abordam uma realidade que é vivenciada na educação do campo, pois, sabe-se que os professores necessitam estar todos os dias em sua atuação, preparados para o trabalho e em contextos diferenciados, assim, a formação continuada é um dos meios que favorece o desempenho do profissional da educação no/do campo.

As autoras Andreia Aparecida Detogni e Yolanda Zancanella em seu artigo “*casa familiar rural de coronel vivida - PR: o desafio da formação continuada de professores e monitores em pedagogia da alternância*”. Reunião Científica Regional da ANPED, Educação, Movimentos Sociais e Políticas Governamentais, 24 a 27 de julho de 2016, UFPR – Curitiba – Paraná. Prezam em seu artigo por uma metodologia semelhante com as autoras citadas anteriormente, pois também exprimem a ideia de formação continuada ao longo da vida.

As autoras fazem sua pesquisa com três professores da Secretaria do Estado de Educação – SEED e mais três monitores de nível superior, totalizando seis indivíduos da área de educação para compor sua pesquisa, o aporte teórico de autores se fundamenta em Borges (2012), Caldart (2013), Ribeiro (2013) e Manacorda (2007.)

O instrumento para coleta de dados foi o questionário, com perguntas abertas e fechadas. Na análise houve interlocução com os referenciais e com as repostas das respostas dos professores e monitores, os que as leva a concluir que os cursos da área de formação contribuem no trabalho dos professores e dos monitores, sendo aspecto positivo para o desenvolvimento profissional e do processo de ensino e de aprendizagem.

Nesse terceiro artigo, é possível compreender que a formação continuada não é relevante apenas para professores do campo, entretanto, ela se estende a todos os professores de diferentes áreas de atuação. Além disso, retratar a formação continuada também contribui para a reflexão da qualidade dessa formação e se realmente está atendendo as necessidades dos profissionais de educação. Logo, os três artigos trazem um elo entre si, que é a reflexão e a importância de destacar a formação continuada de profissionais da área da educação na zona rural, isto é, Educação do Campo.

Outro artigo selecionado para essa análise comparativa foi dos autores Josilane Maria Gonçalves de Souza e Carlos Eduardo Ferreira Monteiro, nomeado como: *“Compreensões sobre gráficos por professores de escolas no campo”*. Nessa pesquisa, os autores usam o método qualitativo e questionário investigativo, gerando gráficos para análise, os professores que participaram da pesquisa atuam em escolas do campo. Os autores evidenciaram que é imprescindível o letramento estatístico, ou seja, uma formação continuada que possa incentivar os professores e contribuir do progresso educacional, pois, dessa forma, é possível que os professores tenham recursos para enriquecer as práticas pedagógicas dentro e fora da sala de aula.

Os autores trouxeram para formação continuada dos professores um letramento sobre interação e comunicação através de dados gráficos, pois é um dos recursos quem vem sendo usado com bastante frequência, não apenas na área educacional, mas também em outras áreas, isso faz com que os professores tanto do campo como da cidade tenham o domínio desses estáticos.

Esse artigo, também está em conformidade com os anteriores, na mesma linha de raciocínio, não é apenas pelo fato de retratar a formação continuada de professores, mas pela sua metodologia, e um fato novo é que os autores vão além em sua pesquisa, pois colocam de maneira clara e objetiva um letramento que pode ser usado como grande valia na formação continuada de professores. Um ponto intrigante é que a metodologia usada

por esses autores é semelhante, mudando apenas o campo onde ocorreu a pesquisa científica, isso faz com que ambos os artigos estejam ligados de maneira metodológica.

O quinto artigo selecionado foi dos autores Flaviana Maria de Oliveira e Roberto Gimenez, intitulado “*Educação do Campo: uma proposta de formação de professores para classes multisseriadas em formato de roda*” /*Revista Brasileira de Educação do Campo - The Brazilian Scientific Journal of Rural Education*, este artigo traz uma verossimilhança com o primeiro, pois retrata a questão da formação e aulas em multisseriados no campo.

A metodologia para o desenvolvimento deste artigo foi por meio de entrevistas, que foram realizadas com professores que lecionam em turmas multisseriadas, além disso, rodas de conversas, na qual foi gerado um diário com as informações coletadas nessa dinâmica. Esta pesquisa ocorreu no Município de Eldorado-SP.

Este artigo ganha certo destaque, pois traz as rodas de conversas entre os professores que atuam no campo, elencando a importância da formação continuada. O momento de conversa com professores e ouvir seu cotidiano em sala de aula com turmas multisseriadas, propõem a aquisição de ideias e conhecer de modo narrativo os desafios que os profissionais do campo enfrentam e são capazes de superar dia a dia.

Considera-se que é na roda de conversa que acontece o repartir de práticas didáticas e pedagógicas, sabe-se o que funciona e o que não funciona no processo de ensinar e do aprender. Com isso, há o destaque para utilização método usado, que de acordo com Albuquerque e Galiazzi (2011, p. 388):

As Rodas de Formação se destacam pela qualidade das partilhas entre os participantes. Nessa Roda, todos têm algo a ouvir e algo a dizer. Essa configuração, com o objetivo de formar-se formando, nos mostra a possibilidade de construção de um espaço em que as aprendizagens se constroem por meio da relação entre os sujeitos.

É fundamental um “olhar” mais minucioso sobre a roda de conversa entre os professores, porque todos têm algo a dizer e querem ouvir também seus colegas de profissão, compartilhando assim suas práticas pedagógicas.

Percebe-se que a compreensão de formação continuada está presente em todas as cinco produções científicas. É possível afirmar que a ideia de formação continuada de acordo com essas produções é viabilizar um constante qualificar, de acordo com a realidade de cada lugar, considerando valores educacionais e levando em consideração as mudanças que a educação e o contexto social sofrem a todo instante.

Além disso, essa concepção de formação continuada encontra-se na perspectiva reflexiva e crítica, na qual ideias são debatidas e discutidas com a finalidade de fazer que formação continuada para professores não seja apenas teoria, mas uma realidade, uma prática do sistema educacional.

Nesse sentido, a ideia de professor do campo nos trabalhos é a valorização do indivíduo em sua realidade e a qualificação profissional, contudo, esses profissionais possuem poucos recursos didáticos para efetuar um trabalho com maior qualidade. Por isso, a formação continuada desses professores é visada como sendo primordial. Assim, os professores que são citados nos trabalhos são pessoas que se dedicam e se empenham para a exercer a função de educador no ambiente do campo, havendo destaque na pertinência da formação e desenvolvimento social.

Portanto, as pesquisas que têm como objeto a formação continuados dos professores do campo, apresenta inúmeras reflexões, ou seja, ele tem sido os “heróis” que vencem os “vilões” que a educação do campo enfrenta, são profissionais que usam da criatividade e trabalham de acordo com a realidade de seus alunos, considerando seus conhecimentos prévios e cultura, proporcionando aos seus alunos oportunidades.

Considerações

A partir das discussões das publicações, consideramos a importância de produção de políticas de formação continuada para o contexto brasileiro, observando suas peculiaridades e necessidades formativas dos professores.

A formação continuada dos professores das escolas do campo é imprescindível, bem como, o acompanhamento pedagógico específico, material didáticos apropriado, espaços formativos que considerem seu contexto, capaz de garantir a articulação dos conhecimentos escolares com saberes tradicionais, em benefício do homem do campo.

Mas a realidade da educação do campo é difícil, há muita luta e resistência para assegurar os direitos educacionais duramente conquistados. A precariedade chega a demonstrar a realidade no qual convivemos, com a falta de política agrícola capaz de incentivar o trabalho rural como forma de fixar o indivíduo no campo com perspectiva de futuro melhor, essas tem contribuído constantemente, para que os alunos do campo demonstrem interesse em mudar para a cidade. Pois eles acreditam que no espaço urbano

há mais possibilidades de mudanças e transformações na vida cotidiana, sendo assim, a prática do educador do campo deve ser entendida como possibilidade de uma educação transformadora.

Referências

ALBUQUERQUE, Fernanda Medeiros de; GALIAZZI, Maria do Carmo. A formação do professor em rodas de formação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 92, n. 231, p. 386-398, 2011. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/1742/1609>. Acesso em: 9 nov. 2021.

BITENCOURT, Lóriége Pessoa; ZART, Laudemir Luiz. Os educadores na educação do campo e as suas condições de trabalho docente. **Rev. Bras. Educ. Camp.** Tocantinópolis v. 2 n. 1 p. 252-274 jan./jun. 2017.

BRASIL. Lei nº. 9.394, 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, 1996

BRASIL. Resolução N. 1, de 3 de abril de 2002. **Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo. Brasília/DF: MEC/SECAD, 2002.

CALAZANS, M. J. C. Para compreender a educação do estado no meio rural. In: DAMASCENO, M. N.; THERRIEN, J. **Educação e escola no campo**. Campinas: Papirus, 1993.

CALDART, Roseli Salete (et al). Educação do Campo. In R. S. Caldart et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo** (pp. 259-267). Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012.

CALDART, Roseli Salete Caldart; KOLLING, Edgar Jorge (Orgs). **Revista Paulo Freire: um educador do povo**. 3 ed. São Paulo/SP: Ed ANCA, 2002.

DEMARTINI, Z. de B. F. Educação rural: retomando algumas questões. **Educação e contemporaneidade**, Salvador, v. 20, n. 36 p. 175-189, jul./dez. 2011.

GAIA, C. PIRES, L. S. (2016). Saberes matemáticos e história de vida na zona rural de Marabá-PA. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, 1(1), 128-146.

GATTI, Bernardete Angelina; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: Unesco, 2009.

LEITE, S.C. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

RODRIGUES, Hanslilian Correia Cruz Rodrigues. BONFIM, Hanslivian Correia Cruz Bonfim. A educação do campo e seus aspectos legais. XIII Congresso Nacional de Educação – **EDUCERE**. Curitiba – PR, 2017, p. 1373-1387.

SANTOS, Robson de Souza. SANTOS, Marilene. Educação do campo: classes multisseriadas e seus desafios pedagógicos. 10º Encontro Internacional de Formação de Professores/11 **Fórum Permanente Internacional de Inovação Educacional**. Universidade Tiradentes, Aracaju – Sergipe. 2017.

SOUZA, Maria Antônia de. Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1089-1111, set./dez. 2008.

SOUZA, Josilane Maria Gonçalves de; MONTEIRO, Carlos Eduardo Ferreira. Compreensões sobre gráficos por professores de escolas no campo. **Zetetiké**, Campinas, SP, v.28, 2020, p.1-20.

ZIECH, Márcia Eliana. A Educação do Campo na Perspectiva da Educação Popular. **Contexto & Educação**. Editora Unijuí Ano 32 nº 102 Maio/Ago. 2017, p. 100-117. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/6463>. Acesso em: 9 nov. 2021.

VASCONCELOS, Maria Eliane de Oliveira. **Educação do campo no amazonas: história e diálogos com as territorialidades das águas, das terras e das florestas**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Instituto de Ciência da Educação. Universidade Federal do Pará Belém. 2017.

Recebido: 30/9/2022. Aceito: 13/12/2022.

Autoras:

Elexandra Vinhork Nogueira - Mestranda do programa de Pós-Graduação em ciências e Humanidades do Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente/IEAA/UFAM.
E-mail: elexandravinork@gmail.com

Eliane Regina Batista Martins- Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades do Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente/IEAA/UFAM.
E-mail: eliane_rm@ufam.edu.br



Suely Mascarenhas - Professora Doutora atuando na graduação e pós-graduação
Universidade Federal do Amazonas.

E-mail: suelyanm@ufam.edu.br